

A INCLUSÃO DE UM ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN EM UMA ESCOLA DE ENSINO REGULAR EM FORTALEZA-CE: PRÁTICAS DOCENTES NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR

Francisca Camila Araújo da Silva ¹
Antonia Kátia Soares Maciel ²

RESUMO

O presente artigo objetivou investigar as práticas pedagógicas de professores em relação à inclusão de alunos com Síndrome de Down em uma escola de ensino regular, tendo em vista que a inclusão de alunos com deficiência vem se difundindo na escola regular através de políticas públicas e trazendo muitas mudanças a essas instituições. Portanto, destaca-se aqui a importância do professor e suas práticas pedagógicas para que a inclusão do aluno com Síndrome de Down seja efetivada. Este estudo tem abordagem qualitativa, se caracteriza como exploratória. Participaram desta pesquisa 2 professores de sala comum, respondendo a uma entrevista, e foi observada uma turma de ensino fundamental I, na qual havia um aluno com Síndrome de Down. Utilizamos como registro áudios e fotografias. Verificamos que a inclusão, não apenas de crianças com Síndrome de Down, mas de todas as crianças com deficiência ainda é algo que diverge a prática pedagógica dos educadores em relação a aceitação deste público e que a prática docente deve buscar atualização e mudança. Neste sentido, reflete-se sobre as necessidades formativas dos professores investigados e a todo o corpo docente da escola pesquisada.

Palavras-chave: Inclusão, Aluno com Síndrome de Down, Prática docente.

INTRODUÇÃO

As pessoas com deficiência sempre existiram dentro do contexto social, porém eram excluídas e consideradas incapazes de fazer parte das atividades sociais. A inclusão é um movimento educacional, mas também social e político que defende o direito de todos os indivíduos a participarem, de uma forma consciente e responsável, na sociedade em que fazem parte, e de serem aceitos e respeitados naquilo que os diferencia dos demais (FREIRE, 2008).

¹ Graduada em Pedagogia pela Faculdade Cearense – FaC, camilaldp2012@gmail.com;

² Mestra em Educação pela Universidade Federal do Ceará – UFC, Especialista em EJA pela UFC e Graduada em Pedagogia pela UFC, Professora do curso de Pedagogia da Faculdade Cearense – FaC, katiasoaresmaciel@gmail.com

Para Silva (2002) a educação especial passou por diversas alterações na busca de uma educação de qualidade para todos os indivíduos. Partindo desse pressuposto, a política educacional, com o intuito de criar melhorias na inclusão das pessoas com deficiência, nas escolas comuns cria possibilidades de quebra no paradigma da educação com leis, decretos e discussões voltadas para a inclusão de todos os alunos de acordo com suas particularidades.

De acordo com Fortes (2005) é através de instituições de ensino regular que as atitudes discriminatórias devem ser combatidas, propiciando condições para o desenvolvimento de comunidades integradas, que é a base da construção da sociedade inclusiva e conseqüentemente obtenção de uma educação de fato para todos.

A escolha desse tema se deu pela experiência de trabalho com uma criança que tem Síndrome de Down em uma escola particular de ensino regular com proposta inclusiva em Fortaleza-CE tornando-se temática do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) defendido em 2018. Assim, surgiram algumas dúvidas e questionamentos a respeito deste tema, tais como: qual o papel do professor dentro desse contexto inclusivo? Que estratégias pedagógicas os docentes desenvolvem em sala de aula na proposta inclusiva de alunos com Síndrome de Down? Que saberes docentes são necessários para que a inclusão de um aluno com Síndrome de Down seja concretizada?

Para a área acadêmica, este trabalho trará importantes observações para que os profissionais de educação possam refletir sobre a sua prática pedagógica tornando-a mais inclusiva. E trará algumas reflexões a respeito dos métodos e atividades propostas pelo professor para que haja uma inclusão efetiva de crianças com Síndrome de Down na escola regular.

De forma a responder aos questionamentos, temos como objetivo geral investigar as práticas pedagógicas de professores em relação à inclusão de alunos com Síndrome de Down. Para alcançar esse, objetivo foram elaborados dois objetivos específicos, a saber: verificar que estratégias pedagógicas os docentes desenvolvem em sala de aula na proposta inclusiva de alunos com Síndrome de Down e verificar os saberes docentes para o desenvolvimento de práticas inclusivas.

METODOLOGIA

Nossa pesquisa pode ser apontada como científica, pois de acordo com Leite (2008) a pesquisa científica é a que usa o método científico ou tem por objetivo desvendar ou buscar, através dos métodos e das técnicas específicas as soluções para os problemas do conhecimento em geral. O autor também diz que pesquisa científica é um método para elaborar atividades científicas:

Segundo um conceito clássico, pesquisa científica é uma atividade ou um meio para elaborar atividades científicas, partindo do conhecimento empírico, observação dos fenômenos ou fatos em geral, seja de qual natureza forem, naturais, socioeconômicos ou culturais (LEITE, 2008, p. 43).

A partir das afirmações de Leite (2008), pode-se constatar que toda pesquisa é científica, pois busca a solução de um problema. Assim, para que seja considerada científica é necessário que seja utilizada métodos e técnicas científicas.

Quanto à abordagem, esta pesquisa se caracteriza como qualitativa, pois:

Possui o poder de analisar os fenômenos com consideração de contexto. A investigação realizada sob este prisma, não peca por desconsiderar as causas e inter-relações sutis que possam permear-se entre a análise e as conclusões, considerações essas que podem distorcer verdades entre o meio e o fim. (LEITE, 2008, p.100).

Para Minayo (2001) a pesquisa qualitativa:

[...] responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2001, p. 21).

A pesquisa qualitativa trabalha com a relatividade dos fatos. É uma pesquisa que considera o contexto e as variáveis envolvidas no fenômeno estudado. Seus resultados são flexíveis e embasados pela reflexão.

Nossa pesquisa se configura também como exploratória, pois como o próprio nome sugere – explora algo. Para Gil (2002) a pesquisa elabora hipóteses, assim vejamos:

Estas pesquisas tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas tem como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado (Gil, 2002, p.42).

A pesquisa exploratória visa trazer mais proximidade com determinado assunto, busca o aprofundamento no conhecimento de algo. Tal pesquisa procura desvendar algumas hipóteses e assim conseguir uma visão mais ampla a respeito do tema pesquisado.

Destaca-se ainda que este estudo se caracteriza como estudo de caso que, segundo Vergara (2000) é o circunscrito a uma pessoa, uma família, um produto, uma empresa, um órgão público, uma comunidade ou mesmo um país e tem caráter de profundidade e detalhamento, em nosso caso, a inclusão de um aluno com Síndrome de Down em uma escola de ensino regular. Para isso, Gil (2002) afirma que o estudo de caso é:

[...]uma modalidade de pesquisa amplamente utilizada nas ciências biométricas e sociais. Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados. (Gil, 2002, p. 53).

O estudo de caso permite o aprofundamento detalhado sobre o tema estudado, permitindo assim que tenhamos uma melhor compreensão dos fenômenos individualmente. Através do estudo de caso conseguimos analisar os fatos de acordo com a realidade específica de cada caso.

A partir destas considerações metodológicas, elaborou-se uma entrevista semi-estruturada, contendo questionamentos a respeito da compreensão dos professores a respeito da inclusão do aluno com Síndrome de Down dentro da escola regular. Participaram desta pesquisa, dois professores que lecionam no 5º ano do Ensino Fundamental em uma escola pública regular de Fortaleza-CE.

DESENVOLVIMENTO

A Educação é um direito de todos: A inclusão de alunos com Síndrome de Down

De acordo com Freire (2008), a inclusão é um movimento social, político e educacional que defende o direito de todos os indivíduos participarem de forma responsável e consciente na sociedade da qual fazem parte e de serem aceitos e respeitados naquilo que os diferencia uns dos outros.

Referindo-se ao contexto educacional, a inclusão propõe que todos os alunos tenham o direito de desenvolver suas potencialidades através de uma educação de qualidade pautada na singularidade e necessidade de cada um. Neste sentido, detemo-nos a falar

especialmente sobre os direitos relacionados ao processo inclusivo da criança com Síndrome de Down na escola regular.

O direito da criança com Síndrome de Down de ser e pertencer à sociedade e à comunidade escolar de ensino regular ainda é um paradigma que traz consigo muitas mudanças no âmbito educacional. Mudanças essas que implicam não apenas a estrutura, como a forma de pensar e agir de toda a comunidade escolar e a ação educativa do professor.

A escola regular na perspectiva inclusiva e práticas docentes

Para Mantoan (2003), a partir do momento em que a escola regular abre suas portas para receber alunos com deficiência, ela precisa se adequar em todos os aspectos. É necessário adaptar seu projeto político-pedagógico, sua estrutura física, sua forma de avaliação, assim como a forma de atuação de todos os sujeitos participantes da comunidade escolar.

A prática do professor deve ser pautada no pensamento crítico, sabendo que cada uma de suas ações deve visar à inclusão e ao respeito entre todos, reconhecendo as diferenças e valorizando as habilidades de cada um. Para Freire (1996, p. 38), “A prática docente crítica, implicante do pensar certo, envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer (...)”, ou seja, essa prática deve ser pautada na flexibilidade exigida em cada situação, de acordo com a necessidade de cada um. Um fazer consciente em cada uma de suas ações.

No Conselho Nacional de Educação (CNE) também há referência à inclusão e à formação de professores:

A Educação Básica deve ser inclusiva, no sentido de atender a uma política de integração dos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns dos sistemas de ensino. Isso exige que a formação dos professores das diferentes etapas da Educação Básica inclua conhecimentos relativos à educação desses alunos (BRASIL, 2001, p. 25-26 apud MIRANDA; GALVÃO FILHO, 2012, p. 30).

A partir de então, os professores da rede regular de ensino enfrentam desafios, pois devem se adaptar e adequar suas práticas docentes a esse novo público de educandos. E essa ação deve ser direcionada a preparar as crianças para o convívio com as diferenças.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante o desenvolvimento de nossa pesquisa, realizamos o estudo de caso, no qual fomos observar como funciona atualmente o processo inclusivo dentro da escola regular. Assim, entrevistamos dois professores, cujos nomes descritos aqui são fictícios, no intuito de analisar suas perspectivas e pensamento a esse respeito.

A professora Sandra é licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú e especialista em Psicopedagogia. Possui 50 anos de idade e 20 anos de experiência de prática docente.

Participou também o professor Herbster⁴, formado em Pedagogia pela Faculdade Ateneu e especialista em Gestão Ambiental. Ele tem 42 anos de idade e 16 anos de experiência na área educacional.

Questionamos aos entrevistados sobre o que eles compreendiam por inclusão escolar e as respostas foram as seguintes:

Professora Sandra: “Inclusão é quando a criança com deficiência está na escola regular, mas é envolvido em atividades voltadas para o desenvolvimento dela em todos os aspectos”.

Professor Herbster: “Inclusão é dar condições para que as crianças que antes eram excluídas agora tenham plenas condições de aprendizagem como as demais crianças”.

Percebe-se na resposta dos dois professores que eles estão de acordo com o que diz a literatura a respeito da inclusão, pois eles entendem que todas as crianças devem aprender juntas. E não apenas estarem dentro da escola regular, mas também receber todo o apoio que for preciso para atender suas necessidades educacionais.

Para Freire (2008), incluir é dar condições para que todos os indivíduos participem de forma ativa da sociedade em que fazem parte. Aceitar e respeitar todos naquilo que os diferencia.

De acordo com a Declaração de Salamanca (1994), o princípio da inclusão dentro do contexto educacional é que todas as crianças devem aprender juntas, independente de suas diferenças. E as crianças com deficiência devem receber qualquer apoio que seja necessário para que sua educação seja efetivada.

Partindo desse pressuposto questionamos aos entrevistados sobre as dificuldades que eles encontram relacionadas à inclusão no contexto escolar:

Professora Sandra: “A falta de tempo para se dedicar a criança com deficiência”.

Professor Herbster: “A falta de preparação para lidar com essas crianças com deficiência”.

Agora, pode-se apontar no discurso de ambos os professores uma certa divergência relacionada ao que diz a literatura e aos documentos voltados para a inclusão, pois a Declaração de Salamanca (1994) afirma que as escolas inclusivas devem disponibilizar qualquer apoio extra que seja preciso. Então, quando a professora relata que não tem tempo suficiente para dar uma atenção maior a criança com deficiência devido a demanda do restante da sala. Esta criança deveria ser acompanhada por um profissional de apoio que pudesse lhe auxiliar na realização das atividades.

Miranda (2012) afirma que, por meio de sua ação educativa, os profissionais de ensino regular, nos diversos níveis, devem buscar atender de maneira adequada a diversidade do alunado. No Brasil, a partir da Portaria Ministerial nº 1793, foi reconhecida a importância de complementar os currículos de formação de docentes.

Os docentes foram questionados sobre o que eles pensavam a respeito da inclusão do aluno com deficiência na escola regular e as respostas foram as seguintes:

Professora Sandra: “Acho uma ótima medida, pois proporciona as crianças com necessidades especiais direitos iguais as demais crianças”.

Professor Herbster: “Acho uma medida interessante, porém os professores necessitam de uma formação, um suporte”.

Nota-se que na fala da professora Sandra, a mesma aprova essa medida que trás as crianças com deficiência pra dentro da escola regular. Já na fala do professor Herster, notamos certa insatisfação, pois se sente despreparado para lidar com essa realidade.

Para Mantoan (2003), a dificuldade de alguns alunos não é apenas deles, mas em grande parte é resultado da forma como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida.

Em relação às dificuldades que encontram na inclusão de um aluno com Síndrome de Down, as respostas foram:

Professora Sandra: “A resistência da criança em relação a receber ajuda de algumas outras crianças e falta de tempo pra dar uma atenção maior na realização das atividade que ela não possui autonomia pra fazer”.

Professor Herbster: “Lidar com problemas comportamentais, dar um maior suporte na realização das atividades. Falta de preparação de como lidar com determinadas situações”.

Observa-se que a prática docente da professora Sandra busca preparar seus alunos para sociedade onde o respeito prevaleça e seja contrária a toda forma de discriminação. Em contra partida, o professor Herbster demonstra despreparo em lidar com situações relacionadas aos alunos com deficiência. Não possui uma ação pautada no pensamento crítico. De acordo com Freire (1996) ressalta que a prática docente deve estar pautada no pensamento crítico, que o fazer deve estar diretamente ligado ao pensar, tendo em vista que cada uma de suas ações deve culminar em ações inclusivas.

Na compreensão sobre as dificuldades ou necessidades dos alunos com relação a esta condição humana, as respostas foram:

Professora Sandra: “A Dificuldade de compreensão do conteúdo escolar. Não tem autonomia para realizar as atividades sozinhas”.

Professor Herbster: “Não realiza atividades escolares com autonomia, tem dificuldade na aquisição da leitura, escrita e no desenvolvimento da linguagem”.

Constata-se que a fala dos dois professores condizem com a literatura em relação as dificuldades encontradas em crianças com Síndrome de Down. Cesarin (2007) afirma que pessoas com Síndrome de Down apresentam uma desordem na sequência cronológica em seu desenvolvimento. Portanto, seu desenvolvimento, além de ser mais lento, acontece de forma diferente. Ao nascer, geralmente elas apresentam hipotonia muscular e isso contribui para o atraso no desenvolvimento motor e de outras áreas de atuação.

Porém, também notamos em alguns momentos a falta de preparo dos docentes ao tratar de como lidar com essas dificuldades e peculiaridades dos alunos com Síndrome de Down. Despreparo em não saber lidar com situações cotidianas ou adaptar atividades de acordo com as peculiaridades dessas crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através de políticas públicas, a inclusão tem sido difundida dentro das instituições de ensino. Têm sido vistas muitas mudanças a esse respeito e uma delas é a presença dos alunos com deficiência dentro da escola de ensino regular. Porém, essa medida não é suficiente para que a inclusão educacional seja efetiva. É necessária uma reestruturação nos

sistemas de ensino, em seus projetos político-pedagógicos e, principalmente, na prática docente.

Assim como os demais, as crianças com Síndrome de Down possuem suas características individuais, nas quais é necessário conhecê-las para, então, saber como lidar, contribuindo assim para o desenvolvimento pleno de suas habilidades. Isso envolve todo o corpo docente e a prática pedagógica deve ser consciente de seus objetivos.

Ao relembarmos o objetivo de nossa pesquisa – investigar as práticas pedagógicas em relação à inclusão de alunos com Síndrome de Down – a qual se realizou a partir da aplicação de uma entrevista a dois professores regentes e observação ao âmbito escolar, constatou-se uma divergência de atitudes entre os docentes, pois um tem um olhar positivo e busca adaptar-se às medidas inclusivas, buscando o conhecimento para que possa atender não só as necessidades do aluno com Síndrome de Down, mas também atender a diversidade de seu alunado; e o outro tem uma atitude de resistência nessa busca de adaptação, não procurando se atualizar, para então aprimorar e modificar sua prática docente. Percebe-se que sua falta de conhecimento sobre as características e necessidades a respeito de crianças com Síndrome de Down torna menores suas possibilidades de criar estratégias de ensino e inclusão dessas crianças.

Portanto, alcançamos o objetivo da pesquisa, considerando que a revisão da literatura escolhida trouxe o conhecimento sobre a Síndrome de Down e suas características, bem como sobre as políticas públicas que buscam incluir esses alunos dentro da rede regular de ensino e sobre o que dizem essas políticas em relação à prática docente voltada a incluir alunos com Síndrome de Down e literaturas específicas que abordam a inclusão escolar.

Consideramos que, além de todo o aparato oferecido pelas políticas e ainda que as escolas ofereçam os subsídios para que a inclusão seja real, a prática docente está entre os fatores mais importantes para que todas as diferenças entre as crianças sejam respeitadas em todos os aspectos.

Analisamos como tem se dado essa prática docente, que na verdade diverge entre os profissionais, no sentido de aceitação e compromisso em pôr em prática a dedicação necessária para que as políticas inclusivas sejam contempladas e a inclusão não apenas de crianças com Síndrome Down, mas de todas as crianças com deficiência, possa se concretizar a contento.

Supomos que essa dificuldade de adaptação dos docentes ao receberem alunos com deficiência, a ausência de formação continuada ou fortalecimento de formações já existentes, com foco na elaboração de estratégias inclusivas, devem ser solucionadas, tendo em vista buscar práticas pedagógicas mais inclusivas.

Através da formação continuada, é possível entender e perceber esses alunos e despertar uma atitude mais positiva relacionada à inclusão. Portanto, os professores devem adotar uma postura de pesquisador, pois a ação docente deve estar em constante mudança, para então atender as necessidades de seu alunado.

REFERÊNCIAS

CASARIN, S. **Síndrome de Down: Caminhos da vida**. 2007. 291f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Salamanca-Espanha: 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, S. **Um olhar sobre a inclusão**. Disponível em: <<http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5299/1/Um%20olhar%20sobre%20a%20Inclus%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 28 mai. 2018.

GIL, A. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LEITE, F. **Metodologia Científica: métodos e técnicas de pesquisa: monografias, dissertações e livros**. 2ª ed. São Paulo: Idéias & Letras, 2008.

MANTOAN, M. **Inclusão escola: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MINAYO, M. **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MIRANDA, T. GALVÃO FILHO, T. **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador: EDUFBA, 2012.

SILVA, N; DESSEN, M. Síndrome de Down: etiologia, caracterização e impacto na família. **Interação em Psicologia**, v. 6, jul./dez, p. 167-176, 2002.

VERGARA, C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.